

Saneamento, o caos invisível

Fábio Fonseca de Castro

2013

Dados do Ministério das Cidades divulgados há alguns dias mostram que 54% da população brasileira não possui coleta de esgoto e que apenas 38% do esgoto é tratado. No Pará, a situação é catastrófica. Belém é o sexto pior município do Brasil, dentre os cem maiores, nos serviços de saneamento público. Ou seja, ocupa a 94ª posição no ranking. Santarém ocupa a 96ª posição e Ananindeua ocupa a 97ª posição.

Como se sabe, saneamento e tratamento de água são alguns dos problemas mais graves enfrentados pelas cidades brasileiras. E, como se diz, são problemas que a maioria da população sente, mas que pouco se discute. É a invisibilidade dos problemas de base. Prova disso é que saneamento e água tendem a ser temas secundários nas disputas eleitorais, inclusive nas eleições municipais.

Entre os piores ainda estão outros dois municípios amazônicos, Porto Velho e Macapá, que ocupam as duas últimas posições no ranking do saneamento. Estigma amazônico? Não: irresponsabilidade amazônica.

Belém caminha para seu 400 anos com uma realidade dura. Apenas 7,7% da cidade é conectada à rede de esgoto pública. Para se ter uma comparação, em Manaus, por exemplo, cidade de tamanho aproximado e características geográficas e socioculturais semelhantes, esse índice é de 21,28%.

Por que essa diferença? Simples: investimento. Enquanto o investimento médio em rede de esgoto, em Manaus, é de R\$ 31,4 milhões/ano, em Belém

esse volume é de, apenas, 6,99 milhões/ano. Não é difícil superar as marcas de Belém. Natal, por exemplo, que tem 1/4 da população de Belém, tem apresentado uma média de investimento de R\$ 53,9 milhões/ano. E nem é preciso ir mais longe que isso para ver como saneamento e água são uma questão de vontade e construção política. No mesmo estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, que tem apenas 259.815 habitantes - cerca de 1/9 da população de Belém, tem investido uma média de R\$ 26,59 milhões/ano.

O resultado dessa vontade política vai fazer com que essas duas cidades do RN avancem umas 20 posições, no ranking nacional do saneamento, em menos de uma década.

Porém, a catástrofe que é a falta de políticas de saneamento no estado do Pará é melhor compreendida quando se mede a quantidade de pontos de ligação de água que o estado ganha ou perde, a cada ano. No caso do Pará, que perde. Incrível, mas é verdade. Belém perde 11.936 pontos de água e 3.429 pontos de esgoto por ano. Santarém perde 4.379 pontos de água por ano.

Isso mesmo: no Pará, a gestão pública da questão é tão ruim que a rede diminui. Em Manaus há um ganho de 41.950 pontos de água por ano. Entenderam? Enquanto Belém perde quase 12 mil, Manaus ganha quase 42 mil!

A caótica Nova Iguaçu, no Rio, ganha 73.373. Duque de Caxias, no mesmo estado, ganha 63.166. São Gonçalo, idem, de 93.132. São três cidades da região metropolitana do Rio, com

grandes problemas urbanos. Mas os números provam que a questão da água é uma questão considerada séria... por governos sérios.

Até no Nordeste, com todos os problemas crônicos de falta de água da região, o esforço para ampliar o acesso da população à água tem se demonstrado sério. Fortaleza tem uma média de 21.203 novos pontos de água por ano. Aracajú, de 26.062. Salvador, de 16.665.

Quando se compara as cidades paraenses com o resto do Brasil, só dá tristeza. De ver tanta incompetência, tanto atraso, tanta falta de projeto, planejamento, coragem, ousadia.

As eleições estão aí. Mas acho que vão passar sem que os candidatos às prefeituras de Belém, Ananindeua, Santarém e de outras cidades do Pará dizerem, com clareza, com números concretos - acompanhados das explicações orçamentárias necessárias - o que pretendem fazer.

E enquanto as eleições vão passando - e os candidatos a prefeito de Belém tergiversam - a cidade segue perdendo 229 pontos de água por semana, 38 pontos de água por dia, quase 2 pontos de água por hora.

Se a realidade é ruim Brasil, ela é bem mais ruim nas cidades amazônicas - com exceção de Manaus - Das cem maiores cidades brasileiras, 40 delas tratam menos de 20% do esgoto gerado e somente seis tratam mais de 80%. Essas cem cidades lançam no meio ambiente o equivalente a 3.200 piscinas olímpicas de esgoto por dia.

Os problemas de saúde pública que decorrem dessa situação são muito graves. Segundo o Ministério das Cidades, o nível de mortalidade infantil (de 1 a 4 anos) entre os 10 municípios com a pior colocação no ranking do saneamento é de 2,63 entre 1 mil

nascidos, o que significa que ele é 61% maior do que o nível de mortalidade registrado entre as 20 cidades com melhores condições no saneamento.

O esforço de investimentos necessários para que o país alcance a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, até 2030, é estimado entre R\$ 250 e 270 bilhões. Isso significaria investir o equivalente a 0,63% do PIB ao ano. Atualmente, esses investimentos atingem 0,23% do PIB, ou cerca de R\$ 8 bilhões/ano.

Muito a fazer, portanto. E o momento eleitoral pode ajudar a pactuar compromissos em torno dessas questões.